

# UMA LEITURA SPINOZANA DA EDUCAÇÃO COMO UM DOS ESFORÇOS CONATIVOS DO ESTADO

FRANCISCA JULIANA BARROS SOUSA LIMA \*

BRENA KÉSIA DA COSTA CHAGAS \*\*

## INTRODUÇÃO

Falar em educação não é simplesmente explicar sobre os processos de desenvolvimento das capacidades intelectuais e morais do discente em ambientes educativos, mas construir também as possíveis conexões entre as diversas áreas do conhecimento na tentativa de compreender melhor a amplitude de temas e questões levantadas quando se fala da relação entre educador e educando. Nesse sentido, priorizaremos o fio condutor que une Educação e Filosofia.

Para tanto, focalizaremos em um pensamento singular elaborado no século XVII pelo filósofo Benedictus de Spinoza (1632 – 1677). Apesar do referido autor não ter discutido sobre educação podemos a partir de seus escritos realizar uma série de inferências com apoio de comentadores importantes acerca do tema (a relação entre a Filosofia de Spinoza e a Educação) como é o caso da pesquisadora Juliana Merçon<sup>1</sup>.

Merçon utiliza o arcabouço teórico deixado por Spinoza para entender melhor as questões educacionais, em especial o papel da educação no Estado, quer dizer o papel da educação diante da esfera política. É importante salientar, que a pesquisadora, Juliana Merçon, utiliza em seus textos, em sua maioria, substantivos do gênero feminino em uma tentativa de fazer um resgate da importância da

mulher no cenário filosófico. Orientaremos nossa pesquisa, no sentido de desnudar o papel da educação frente à esfera política à luz da Filosofia de Spinoza.

## SPINOZA E A EDUCAÇÃO

A filosofia de Benedictus de Spinoza (1632 – 1677) tem sido interpretada de diversas maneiras pelos estudiosos. Apesar de Spinoza não ter falado diretamente sobre educação podemos inferir argumentos para tal reflexão com base nas suas ideias sobre política e ética que constituem campos diretamente relacionados com a formação do indivíduo. Um dos primeiros estudos dirigidos completamente a essa temática foi escrito por William Rabenort, obra esta chamada de “Spinoza as educator” (1911), que em suma apresenta-se como uma longa exposição da Filosofia de Spinoza trazendo em seu entorno algumas relações com a educação.

Também encontramos alguns anos depois publicações como “La pedagogia di Spinoza” (1933) de Adolfo Ravà que é um estudo mais direcionado a relação entre a Educação e a Filosofia de Spinoza, mas ainda se constitui como um estudo conciso dessa temática. Atualmente encontramos uma maior gama de artigos sobre o tema<sup>2</sup>, além de produções acadêmicas<sup>3</sup> visando em sua maioria, investigar os indícios encontrados nas obras de Spinoza, a fim de reinterpretá-los e inseri-los numa discussão sobre o processo educativo na contemporaneidade.

\* DISCENTE DO CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA - CMAF da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE e participante do GRUPO DE PESQUISA A QUESTÃO DA LIBERDADE NA ÉTICA DE BENEDICTUS DE SPINOZA.

\*\* DISCENTE DO CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA - CMAF da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE e participante do GRUPO DE PESQUISA A QUESTÃO DA LIBERDADE NA ÉTICA DE BENEDICTUS DE SPINOZA.

<sup>1</sup> Professora do Instituto de Investigaciones Educativas, Universidad Veracruzana, México.

<sup>2</sup> Cf. OLIVEIRA, *Espinosa: um pedagogo da alegria? Metavóia*, São João del-Rei, n. 2, p. 45-55, 2000.

<sup>3</sup> Cf. BRAGA, Gisele Pandolfo. *Vivências de uma prática pedagógica integral na perspectiva espinosana*. Trabalho acadêmico: Dissertação. Porto Alegre, 2006; OLIVEIRA, Fernando Bonadia de. *O lugar da educação na Filosofia de Espinosa*. Trabalho acadêmico: Dissertação. Campinas, 2008.

Entre esses estudos, encontramos a obra “Aprendizado ético – afetivo: uma leitura spinozana da educação” da pesquisadora Juliana Merçon. É sobre essa obra que nos deteremos a realizar uma análise mais acurada, contudo utilizaremos referências das próprias obras de Spinoza, em especial, a saber: *Ética*<sup>4</sup> e o *Tratado Político*<sup>5</sup>.

Em resumo, Juliana Merçon empreende uma tentativa de produção de novos sentidos no âmbito da educação utilizando como arcabouço teórico os conceitos encontrados na obra de Spinoza. Essa tentativa de produção de novos sentidos já se encontra no próprio título da obra, “Aprendizado ético – afetivo: uma leitura spinozana da educação”, a qual pensa o “aprendizado afetivo” como uma “arte do encontro” que envolve um processo de aprendizagem que se relaciona ao aumento ou a diminuição das potências de agir de um indivíduo. Nesse sentido, a educação é encarada como um esforço empreendido pelo Estado que tem por objetivo maior, o aumento do “conatus” desse corpo político. Passemos a exposição desses conceitos.

### CONATUS

Para compreendermos melhor o que significa a “arte do encontro”, torna-se necessário o esclarecimento de conceitos encontrados na Filosofia de Spinoza. *Conatus*, na filosofia de Spinoza, apresenta-se como um esforço de um ser para preservar-se em sua existência. Há várias formas de se interpretar o que Spinoza definiu como *conatus*, ou seja, o que definiu como esse “esforço por perseverar em seu ser”. Primeiramente pode-se entender que o *conatus* seja a tentativa de continuar na existência, um

esforço pela sobrevivência. Por outro lado, este esforço assemelha-se a uma busca por um aumento da sua perfeição, ou seja, um aumento contínuo da sua potência. Este aumento da perfeição, ou da potência, se dá quando o indivíduo é afetado de alegria.

Segundo Spinoza, “a alegria é a passagem do homem de uma perfeição menor para uma maior” (E3, Definições dos Afetos, Def3), assim, “o esforço relativo ao *conatus* pode ser visto como um esforço em nos tornarmos cada vez mais alegres, o que implica em sempre buscarmos aquilo que nos é útil, ou seja, que convém à nossa natureza”<sup>6</sup>. Quando este se refere a um modo finito representa a sua própria essência. Quer dizer, a essência do homem, em Spinoza, está relacionada ao seu próprio *conatus*, em seu esforço para perseverar na existência<sup>7</sup>. Nesse sentido, a potência ou o *conatus*, além de representar a autoconservação de uma essência singular (homem) pode representar também a autopreservação de um Estado, uma vez que, segundo Spinoza, o Estado pode ser considerado como um indivíduo, é o que chamamos de corpo social, que terá um direito natural, uma potência de agir e de pensar e um *conatus* próprio. Tudo isso será resultado da soma do direito natural, da potência de agir e de pensar e do *conatus* dos indivíduos daquele Estado.

Spinoza para ampliar suas noções sobre *conatus* ou potência, na terceira parte da *Ética*, desenvolve uma teoria sobre os afetos e afecções, a partir da naturalização dos mesmos. O afeto (*affectus*) é uma afecção (*affectio*) do corpo que aumenta ou diminui sua potência de agir<sup>8</sup>, isto é, uma variação contínua do *conatus*. Existem afetos passivos (paixões) e ativos (ações). Nos afetos passivos (paixões) o corpo é afetado de modo que o mesmo somente é causa parcial, inadequada, ou seja, ele não possui um conhecimento adequado daquilo que o afetou. Enquanto que por afetos ativos (ações) entendemos que o corpo é afetado de modo que o mesmo é causa adequada de tal afecção. Entende-se por causa adequada aquele afeto que é claro e distintamente explicado unicamente pelo indivíduo que o recebe. Por sua vez, por causa

<sup>4</sup> Para as citações da obra de Benedictus de Spinoza utilizaremos a sigla E quando nos referirmos a “*Ética*”. Quanto às subdivisões da referida obra apontaremos a parte citada em algarismo arábico seguido de outras indicações, a saber: definições (Def.); demonstrações (D); axiomas (Ax); proposições (P); introduções (Int.); prefácios (Pref.); corolários (C); explicações (Exp.); Postulados (Post.) e escólios (S).

<sup>5</sup> Para as citações da obra de Benedictus de Spinoza utilizaremos a sigla TP quando nos referirmos ao “*Tratado Político*”. Quanto às subdivisões da referida obra apontaremos a parte citada em algarismo romano em referência ao capítulo da obra, seguida em arábico do número do parágrafo.

<sup>6</sup> PEREIRA, 2008, p. 74.

<sup>7</sup> E3P.3.

<sup>8</sup> E3 Def. 3.

inadequada entende-se um afeto que só parcialmente é explicado pelo indivíduo que o sofre.

### **A EDUCAÇÃO COMO UM DOS ESFORÇOS CONATIVOS DO ESTADO**

A partir da exposição resumida dos conceitos supracitados encontrados na Filosofia de Spinoza, tornar-se-á mais clara a exposição de Juliana Merçon na terceira parte de seu estudo que se dedica a pensar o aprendizado afetivo como “um esforço conativo do corpo social”<sup>9</sup>. Seguindo esse fio condutor a educação na obra de Merçon é o esforço conativo da coletividade política. Quer dizer, as instituições educacionais atuam como promotoras de encontros que visam à atualização do que seja mais útil ao Estado. Ao mesmo tempo em que nos prepara com seus afetos alegres ao desenvolvimento de nossas capacidades de pensar e agir.

O que Juliana Merçon denomina como “arte do encontro” é saber ter os encontros certos. Esses encontros ou, como Spinoza denomina, *occursus* nada mais são do que o contato com outras coisas, ou na linguagem spinozista, eu tenho um encontro quando sou afetado por algo. São esses encontros que irão gerar as misturas de corpos. Há misturas que são nocivas, e outras boas, isso se dá tanto no nível do corpo, quanto no nível da mente. Quando se tem um bom encontro o *conatus* do indivíduo é aumentado, ao contrário, quando se tem um mau encontro, esse *conatus* é diminuído. Quando o *conatus* de um indivíduo é aumentado ou diminuído, conseqüentemente a potência de pensar e a potência de agir também são aumentadas ou diminuídas.

Trazendo essa discussão para a produção de conhecimentos podemos dizer que para Spinoza, o conhecimento adequado é aquele que se dá quando se tem noções comuns das coisas, dessa forma a tristeza impede que se forme uma noção que seja comum ao corpo afetante e ao corpo afetado, pois “o corpo que nos afeta de tristeza somente nos afeta de tristeza na medida em que ele nos afeta sob uma relação que não convém a nossa”<sup>10</sup>. Contrariamente, a alegria aumenta nossa potência de agir e pensar, o que

não significa que já se tenha noções comuns. Isto significa que o corpo afetante está compondo o afetado, dessa forma haverá uma indução à formação de uma noção que seja comum ao afetante e ao afetado:

[...] os afetos de alegria são como se estivéssemos em um trampolim, eles nos fazem passar através de alguma coisa que nós nunca passaríamos se somente houvesse tristezas. Ele nos solicita formar a idéia do que é comum ao corpo afetante e ao corpo afetado. Isso pode falhar, mas pode lograr-se e eu torno-me inteligente.<sup>11</sup>

Para isso é necessário promover encontros que nos convenham, que não sejam tristes, mas também não excedam o poder de ser afetado:

O mais belo é viver sobre as bordas, no limite do seu próprio poder de ser afetado, com a condição de que esse seja o limite alegre, pois há o limite da alegria e o limite da tristeza; mas tudo o que excede o seu poder de ser afetado é feio.<sup>12</sup>

Mas antes de explicarmos mais detidamente esta noção é importante sabermos que o contrato social que tornou possível a fundação do Estado não representa uma alienação completa do direito natural, pois esse direito basicamente é o próprio esforço em continuar perseverando em sua existência. Esse contrato não é realizado de modo a beneficiar uma terceira parte, o soberano, como é em Hobbes, mas em beneficiar o agregado de partes que compõe o Estado chamado, por Spinoza, no “Tratado Político”, de *multitude*<sup>13</sup>.

A partir da fundação do Estado civil, a moral se constitui como um sistema regulador de noções prescritivas acerca do bem e do mal. A moral, como sistema regulador, fundamenta os poderes educativos em vistas ao bem da coletividade. “A educação figura como instituição que encarna o papel formativo do Estado”<sup>14</sup>. A partir da promoção de encontros, a educação, em linhas gerais, busca promover a harmonia e ajuda mútua entre os seus membros de forma, a partir de suas regras, constituir um viver comum.

De acordo com Merçon (2009), quando a educação se comporta como promotora de

<sup>9</sup> MERÇON, 2009, p. 101.

<sup>10</sup> DELEUZE, 2009, p. 44.

<sup>11</sup> DELEUZE, 2009, p. 48, 49.

<sup>12</sup> DELEUZE, 2009, p. 50.

<sup>13</sup> TP III, 2

<sup>14</sup> MERÇON, 2009, p. 120.

encontros a fim de promover a atualização do bem comum ela encarna a posição de juíza na escolha daquilo que nos é útil ou daquilo que desenvolve nossas capacidades de pensar e agir. A moral nesse momento é imprescindível nessa tomada de posição da educação frente aos seus educandos. A moral, de fato, constitui-se, de acordo com Juliana Merçon, como um dos poderes da educação

[...] um poder que estabelece o útil através da generalização das noções de bem e mal, que julga, proíbe, recompensa, castiga, classifica as pessoas como justas ou injustas, de acordo com suas normas, as quais são fabricadas por uma espécie de mistificação, distanciada da compreensão dos afetos como determinações na ordem da natureza.<sup>15</sup>

Segue-se que esse ato de seguir as prescrições tidas como úteis e que visam o bem comum, ditadas pela educação, chamaremos, de acordo com Merçon, por obediência. Spinoza diz que a obediência não é contrária a razão, explanação essa que podemos encontrar no “Tratado Político”:

Quanto mais um homem vive sob a conduta da Razão, isto é, segundo o §11 do capítulo precedente, mais livre é, mais constantemente observará as leis da cidade e se conformará às injunções do soberano de que é súdito. [...] Podemos, portanto, concluir que ninguém agirá nunca contrariamente às prescrições da Razão ao fazer o que, segundo a lei da cidade, deve fazer.<sup>16</sup>

Visando os processos educacionais, a obediência dos educandos não os transformariam em servos, quer dizer seres privados de liberdade. Segue-se que a nossa potência de agir encarada de maneira singular é frágil perante as forças externas e ao incorporá-las em um corpo político, tal incorporação é concretizada pela obediência. A obediência não representa um dano a esse indivíduo e sim um benefício, não sendo, portanto avessa a razão e muito menos não representaria uma servidão.

Em meio ao processo educativo a obediência não priva a liberdade dos discentes, pois aquela cria conexões causais que imitam a razão com vistas ao bem coletivo, e posteriormente mesma é extinguida através da apreensão de suas

determinações pelas próprias potências de agir e de pensar dos discentes. É importante ressaltar que o “fim da educação não é fazer com que as educandas usem a razão, mas, sim, fazer com que tenham a liberdade para expandir e usar a razão”<sup>17</sup>. Assim, a educação, nessa perspectiva não anseia que seus membros façam uso de suas potências de agir e de pensar, de forma plena, mas articula encontros, mesmo que esses sejam baseados na obediência, que instigam o desenvolvimento das potências de pensar e de agir dos educandos.

### CONCLUSÃO

Podemos concluir a partir do que foi exposto, partindo do sistema spinozista, que a educação prioriza a “arte do encontro”, uma vez que fosse apreendida a “arte dos encontros adequados” passaríamos a ter mais potência de agir e de pensar, além de termos uma maior probabilidade de formar noções comuns das coisas, isto é, ao aprendermos a ter bons encontros, conseqüentemente aumentaríamos nossa capacidade de aprendizado, uma vez que isto potencializaria meios e instrumentos que motivem o exercício do pensar. Para que isto ocorra é necessário que o Estado se posicione como autoridade que visa o bem comum de todos os cidadãos e estabeleça regras morais, pois estas são imprescindíveis no processo de educação. No entanto, estas regras morais não devem ferir a liberdade dos indivíduos, apenas manter a ordem.

Em perspectiva análoga Moraes (2003), no seu artigo “O Recuo da teoria”, afirma que é necessária uma reestruturação socioeconômica, uma vez que isso repercute na educação, já que o processo de reestruturação vai exigir uma procura por conhecimento e informação sendo a educação um ponto central nessa nova mudança. Moraes (2003) afirma que “o discurso é claro: é preciso, agora, elaborar uma nova pedagogia, um projeto educativo de outra natureza, e assegurar o desenvolvimento de competências, valor agregado a um processo que, todavia, não é o mesmo para todos”<sup>18</sup>.



<sup>15</sup> MERÇON, 2009, p. 126.

<sup>16</sup> TP III, 6.

<sup>17</sup> MERÇON, 2009, p. 139.

<sup>18</sup> MORAES, 2003, p. 152

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

SPINOZA, Benedictus de. **Ética / Tradução e notas de Tomaz Tadeu.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pensamentos Metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Tratado Político; Correspondências (Coleção: Os Pensadores).** São Paulo: Nova Cultural, 1989.

DELEUZE, Gilles. **Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978 - 1981).** Fortaleza: EdUECE, 2009.

MERÇON, Juliana. **Aprendizado ético - afetivo: uma leitura spinozana da educação.** São Paulo: Alínea, 2009.

MORAES, Maria Célia Marcondes de (Org.). **Iluminismo às avessas: produção de conhecimentos e políticas de formação docente.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PEREIRA, Rafael R. **O Conatus de Spinoza: Auto-Conservação ou Liberdade?** Cadernos Espinosanos / Estudos Sobre o século XVII, São Paulo: Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, 1996-2008, p. 74.

RAMOND, Charles. **Vocabulário de Espinosa.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

